

O (QUASE) ESQUECIMENTO DOS AFRICANISMOS EM ESTUDOS DE PACHECO SILVA E SAID ALI

Norma Lucia Fernandes de Almeida
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

RESUMO: Norma de Almeida analisa obras de dois autores que marcaram os estudos lingüísticos no Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX: Pacheco Silva e Said Ali. O objetivo é compreender como estes autores enunciaram os elementos de origem africana do português americano, chamados africanismos, em relação à língua nacional do Brasil. As análises mostram que mesmo neste momento em que se valorizam as especificidades do nosso português, os africanismos são freqüentemente negligenciados, em contraponto aos indigenismos, enunciados como “brasileirismos”. Quando incluídos, os africanismos são palavras com valor pejorativo; além disso, seu uso é desaconselhado no português culto. Na divisão que constitui a língua portuguesa no Brasil, o modo de enunciação dos africanismos orienta para uma imagem de língua nacional europeizada, considerada culta.

ABSTRACT: Norma de Almeida analyzes works of two important authors in linguistic studies in Brazil between the end of the 19th and the beginning of the 20th century: Pacheco Silva e Said Ali. The aim is to understand how these authors have enunciated the elements of African origin in American Portuguese, called africanisms, in relation to the national language in Brazil. The analyses show that even in this moment in which specificities of our Portuguese are valued, africanisms are frequently neglected, differently to what happens to indianisms, enunciated as “brazilianisms”. When included, africanisms are words with pejorative value; besides, their use is de-counseled in cultivated Portuguese. In the division that constitutes Portuguese language in Brazil, the means of enunciation of africanisms leads to an image of an European-like national language, regarded as cultivated.

Este estudo¹ tem por objetivo investigar como os vocábulos tomados de empréstimo das línguas africanas, os africanismos², eram tratados por ‘lingüistas’ brasileiros do segundo período de estudos do português no Brasil, como classificado por Guimarães (1994:3). Pretendemos verificar, desta forma, como autores de gramáticas do final do século XIX e início do século XX, especialmente Pacheco Silva e Said Ali, posicionam-se quanto a esses termos. Partimos do pressuposto de que o referido tratamento silenciou de alguma forma as origens africanas de variados vocábulos. Para tanto, consultamos a *Grammática Histórica da Língua Portuguesa* (1879) e *Noções de Semântica* (1903), do primeiro, e, do segundo, o livro *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1927), a *Gramática Histórica da Língua portuguesa* (1931) e *Investigações Filológicas* (ed. 1975).

Primeiramente, abordaremos a questão do empréstimo lingüístico, situando os africanismos dentro desse contexto. Em seguida, tentaremos trabalhar com a visão que os dois estudiosos da linguagem citados acima tinham sobre esses termos.

1. O português brasileiro e os empréstimos de origem africana

Quinhentos anos que se iniciou o processo colonizatório no Brasil. Quinhentos anos de ‘glotocídio’ de línguas indígenas e de certa forma de línguas africanas. Quase quinhentos anos de início de uma convivência, mesmo que em diversos momentos restrita, entre falantes do português e de diversas línguas indígenas, africanas e gerais de diferentes bases lexicais. Convivência que no mínimo fez acelerar as diferenças entre o português europeu³ e o português brasileiro. Dentro desta perspectiva, duas grandes posições são utilizadas para explicá-las. De um lado, estão os sociolingüistas e historiadores da língua que as explicam a partir do resultado do contato do português no Brasil com as línguas africanas e brasílicas, e de outro estão aqueles que afirmam que essas são o resultado da deriva interna, já prevista na ‘configuração’ das línguas românicas, tendo o contato apenas acelerado um processo natural.

O que é aceito por todos é o fato de que pelo menos essas línguas africanas e brasílicas deixaram algumas marcas no português falado na América. E é no léxico e no campo da significação que essas marcas podem ser vistas de uma forma mais clara, pois há no português brasileiro inúmeros vocábulos emprestados⁴ destas línguas. Entendendo-se, inicialmente, por empréstimo, palavras, expressões, traços lingüísticos que uma dada língua adota de uma outra.

Segundo Nely de Carvalho (1989:19), os empréstimos africanos e americanos entraram no português pelos contatos, como é óbvio, entre os povos e pela descoberta de realidades desconhecidas e sem formas de nomeação no léxico existente. Essas novas palavras iam se adaptando com o correr do tempo as nossas fonologia e morfologia⁵. Entretanto, sabemos que os colonizadores nomearam novamente ‘diversas realidades’ que já tinham denominação em algumas línguas indígenas e africanas, sendo essa nova nomeação, segundo Calvet (1993), a vertente lingüística do direito de apropriar-se.

É bom ressaltar, ainda, que os campos de significação e os motivos pelos quais os falantes do português no Brasil assimilaram vocábulos das línguas africanas são diferentes do que hoje levam os falantes a adotarem os termos estrangeiros. Para Calvet (op.cit.), os empréstimos tomados durante o processo de colonização são ‘pegadas’ de uma ‘glotofagia’ anterior. Durante essa ‘glotofagia’, há uma diglossia que evolui para situações diversas. O triunfo do colonialismo e a consolidação da ‘glotofagia’ indicam que a língua dominante foi ‘vencedora’, e passamos para o estágio do monolingüismo⁶.

No estágio do monolingüismo, ficam das línguas dominadas algumas ‘pegadas’ que podem ser tanto gramaticais quanto lexicais. Calvet (op.cit.) diz que os empréstimos estariam dentro das ‘pegadas’ do tipo arqueológica⁷. Os africanismos e indianismos se inscreveriam aí.

Neste sentido, os ditos brasileirismos⁸ realmente não têm o mesmo ‘status’ de termos como os de origem inglesa e francesa, por exemplo. Esses estrangeirismos surgem em momentos e espaços bastante diferentes daqueles, quando o povo e a língua da qual o empréstimo foi tomado passam por um período de grande prestígio cultural, comercial e político. Já aqueles surgiram em um momento em que suas línguas e culturas de origem estavam passando por um processo de dominação/extinção.

Como os espaços em que surgiram os africanismos são bastante específicos, os campos de significação em que eles estão inseridos também o são. Estes estão mais especificamente relacionados à culinária e ao ritual dos cultos religiosos⁹, pois foram nessas áreas que os africanos conseguiram influenciar de uma forma mais marcante a então cultura brasileira em formação¹⁰.

Por conta disso, seria interessante se pudéssemos investigar em que momento do processo de colonização esses termos passaram a ser usados por falantes brancos ou mestiços do português. Como eles se mantiveram ao longo do processo de implantação e consolidação da língua portuguesa no Brasil? Qual a visão que os estudiosos da língua tinham deles?

E será uma proposta de resposta parcial à última destas questões que concentraremos nosso texto de agora em diante.”

2. Africanismos: o seu espaço nas obras de Pacheco Silva e Said Ali

Segundo Guimarães (1999:5), o povo que fala o português ou qualquer outra língua está dividido. O povo dividido ‘participa’ de espaços de enunciação, os quais são, segundo o autor, “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”.

Desta forma, ao tratarmos da questão dos africanismos nos textos de Pacheco Silva e Said Ali, é bom nos reportarmos, mesmo que rapidamente, ao momento histórico-enunciativo¹¹ em que a língua portuguesa estava sendo implantada e consolidada no Brasil, para perceber em que momento os termos de origem africana foram introduzidos no espaço enunciativo dessa língua, quais os grupos sociais que os usavam, como esses termos ganharam espaço ao longo do desenvolvimento do português enquanto uma língua brasileira. Vislumbrando, um pouco, o funcionamento dessa cena enunciativa, poderemos melhor entender a posição dos autores das obras estudadas nesse trabalho, sobre tal fenômeno léxico/semântico, já que teríamos um acontecimento “de resto determinado por outros acontecimentos anteriores e posteriores” (Guimarães, 1999:9).

Como pessoas que nasceram e se formaram no final do século XIX e início do XX, Pacheco Silva e Said Ali viveram conflitos de uma época em que o povo brasileiro era pensado enquanto representantes da classe escolarizada. Faziam parte desse grupo pessoas que provavelmente não usavam palavras ou expressões de origem africana e dificilmente termos indígenas. E os indivíduos que as usavam eram duramente criticados.¹²

Sabemos que esses africanismos, durante muito tempo fizeram/fazem parte de uma língua que representava um grupo social muito específico no Brasil, a dos africanos e seus descendentes. O lugar enunciativo dos indivíduos pertencentes a esse grupo era bastante restrito, eram indivíduos que, durante muito tempo, não tinham nem o direito ao dizer, nem eram considerados cidadãos. Eles eram integrantes de um quadro lingüístico que, segundo Serafim da Silva Neto (1988:523-524)¹³, de 1532 até o século XVIII seria, em linhas bastante gerais, o seguinte:

1. o português, falado sobretudo na Costa, principalmente pelos brancos e seus descendentes que haviam conseguido ascender socialmente (...)

2. um crioulo ou semi-crioulo – adaptação do português no uso dos mestiços, aborígenes e negros. Caracterizava-se como em geral esse tipo de falares, pela extrema simplificação de formas;

3. a língua geral (ou seja tupi), usada pelos índios que conviviam com os brancos, pelos mamelucos e pelos brancos em suas relações com o gentio.

Diante desse panorama histórico do século XVI ao XVIII, podemos inferir que o lugar no qual estariam inseridos determinados vocábulos e expressões de origem africana seria, provavelmente, na situação 2, e talvez na 3, como colocada por Silva Neto e aos poucos se inseriam, de forma bastante restrita, na situação 1, sem contudo fazer parte da ‘variedade lingüística da elite’, mas sim sendo introduzidos no ‘dialeto’¹⁴ dos estratos de brancos pobres. Desta forma, estaria ocorrendo, como diz Guimarães (1995), uma divisão, re-divisão e mistura de ‘dialetos’ numa disputa incessante por espaço.

Já no século XIX, segundo Mussa (1989), teríamos um português falado na zona rural que era aprendido via aquisição ‘imperfeita’ e na maioria das vezes, a depender da região, tinha uma forte influência africana e indígena. Ao lado desse português rural teríamos, ainda, a exemplo da situação colocada por Silva Neto, línguas gerais de diferentes bases lexicais, a depender da região¹⁵. Nos grandes centros urbanos, a elite, principalmente no Rio de Janeiro, de certa forma, também, por influência da família real, usava um português culto, ‘europeizado’. Contudo, como mostrado pela literatura especializada, após o advento da independência do Brasil houve um movimento em favor de uma língua brasileira. Movimento esse em que há, por parte de alguns escritores¹⁶, um resgate dos indianismos, mas há ao mesmo tempo um ‘silêncio’ em torno dos africanismos, que, ao que parece, não tinham o mesmo ‘status’ dos termos indígenas.

Refletindo um pouco esse pensamento, Pacheco Silva, ao dizer que o caráter de uma língua é determinado por seu vocabulário, anuncia os brasileirismos em sua *Grammatica Historica da Língua Portuguesa* (1879), dizendo que são originários das línguas indígenas. Sobre uma provável origem africana de alguns desses termos, o autor apenas se restringe a colocar ao lado de três das palavras listadas a marcação *voc. Afr.*. Já nas obras de Said Ali consultadas para esse trabalho, não há nenhuma menção direta ou indireta a tais vocábulos.

Pacheco Silva (op. cit.: p. 141), ao anunciar os brasileirismos, caracteriza-os da seguinte forma:

“Há certas palavras que, comquanto tenham curso no Brasil, são todavia desconhecidas em Portugal. A estas particularidades de

linguagem, a estas desviações devidas a acção do clima (o mais poderoso dos elementos do meio), à influencia indigena, às novas usanças e modo de vida, (...)”

Para ele, os brasileirismos são *desviações devidas à acção do clima* ou à *influencia indigena*. ‘Desviações’ exatamente porque não poderiam determinar o carácter da nossa língua, que era determinado por seu vocabulário. Entretanto, mesmo nomeando os brasileirismos como *desviações* ele não fala em africanismos.

Das 160 palavras que Pacheco Silva diz serem brasileirismos advindos das influências indígenas, diversas já foram atestadas como sendo de origem africana, como, por exemplo, *batuque*, definida por ele próprio como sendo dança de negro. Esse é o único momento, como já dito, em que os termos africanos são indiretamente mencionados. Nessa mesma lista, como já dissemos, existem diversos outros termos já atestados por outros estudiosos como sendo de origem africana, como em alguns exemplos abaixo, que estão com o significado dado pelo próprio autor:

Batuque (voc. Afr.) – africanismo segundo o próprio Pacheco Silva
Significado – dança de negro

Calunga – africanismo segundo Nascentes de origem quimbundo
Significado – boneco (Pernambuco), rato pequeno, murganho (Bahia)

Calundu – africanismo, segundo Nascentes
Significado – amú, arrufo

Fongo (voc. Afr.) – africanismo segundo o próprio Pacheco Silva e de origem banto, de acordo com Gladstone
Significado – dança de negro

Mandinga – nome de um povo africano, segundo o dicionário de Silveira Bueno
Significado – feitiço

Muxoxo – africanismo, segundo Mendonça
Significado – estalido com os lábios em sinal de desprezo

Mulambo – africanismo, segundo o dicionário de Silveira Bueno, do quimbundo
Significado – farrapo, andrajo

Mucambos – africanismo, segundo Mendonça
Significado – vastos moutes no sertão onde se esconde o gado

Muxinga (voc. Afr.) – africanismo segundo Pacheco Silva
Significado – açoute

Quilombo – africanismo, segundo Mendonça
Significado – lugar onde se refugiam os negros fugidos

Mocambinho – ver mucambo

Caçula – africanismo, segundo Mendonça

Significado – último-genito

Pacheco Silva (1879: p. 150) continua seus comentários sobre os brasileirismos dizendo:

“Advirtimos que estes modos de fallar são apenas ostensivos na conversação familiar, e alguns só na da plebe, e que nunca se encontram em nossos escriptores, a não ser, excusado era accrescentar, os que o uso sanccionou e são necessarios, como sura, giráo, ordenança, etc. ”

E continua na mesma página:

“Outros-sim, e muito de notar a tendência que tem o povo para dar a cousas ou profissões nomes que lhes não cabem, mas que todavia persistem, vendo-se a classe culta muitas vezes obrigada a sancional-a.”

Vimos através dessas citações que é feita uma distinção entre língua oral e língua escrita, sendo esta de maior prestígio. É mais, entre a língua que se usa na conversação familiar (classe culta) e a língua que a ‘plebe’ usaria cotidianamente, estando incluídos aí, provavelmente, os africanismos.

Entretanto, como o próprio Pacheco Silva chama a atenção, às vezes determinados termos usados pela plebe se generalizaram tanto que a classe culta passava a usá-los, mesmo que, geralmente, de forma pejorativa, como é o caso do termo *moleque*¹⁷, que deu inclusive no verbo *molecar*, proceder como moleque, como canalha, patife. É interessante observar que a grande maioria das palavras de origem africana colocadas pelo referido autor como brasileirismos tem uma certa conotação pejorativa, fato que pode ser reflexo de todo simbolismo que havia por trás da visão que se tinha do elemento africano na formação do Brasil (cf. Rodrigues, 1988, 7ª ed). Assim, fica claro que, tanto para Pacheco Silva quanto para Saïd Ali, o verdadeiro idioma nacional é ainda aquele utilizado pela reduzida classe culta da época.

Saïd Ali, segundo Guimarães (1999) oscila entre pensar a divisão

marginalizados fariam parte do vulgar, divisão da língua que não deveria ser estudada com rigor científico. Esse, provavelmente, é o motivo pelo qual ele nem sequer menciona a existência dos africanismos em suas obras que consultamos.

Como autor que enuncia de uma autoria brasileira, poderíamos esperar que a obra de Said Ali contemplasse um pouco os estudos sobre os empréstimos indígenas e africanos. No entanto, sua obra *Noções de Semântica* é dedicada a questões relativas à mudança semântica e os empréstimos de termos não europeus não estão incluídos nesse espaço.

Sua *Gramática Histórica*¹⁸ trata a mudança de sentido das palavras, não havendo menção a nenhum tipo de brasileirismo. A obra *Investigações Filológicas* traz interessantes estudos sobre diversos vocábulos, emprego de pronomes, de verbos, entretanto não há nenhuma menção a palavras de origem africana.

O quase esquecimento dos africanismos na obra de Pacheco Silva e total esquecimento na obra de Said Ali mostra um possível conflito vivido por eles. Desta forma, percebemos que, para esses autores, como também já colocado por Guimarães (1999), há um povo que representa todo o povo brasileiro e há um povo que está dentro desse povo, mas que em alguns momentos é discriminado.

Mas ainda poderíamos nos perguntar: o esquecimento ou a não classificação dessas palavras como africanismos seria simplesmente por falta de conhecimento dos autores ou eles comungavam, mesmo que de forma inconsciente, com as teorias raciais e climáticas vigentes naquele momento? Seria a classificação dos africanismos na *Grammatica Historica* de Pacheco Silva apenas como brasileirismos de origem indígena, uma forma de apagar a origem africana de variados vocábulos que lá aparecem?

Não poderíamos responder com certeza a essa pergunta. Segundo Chaves de Melo (1917), era mais ou menos comum a confusão sobre a origem dos brasileirismos. No entanto, tal fato não é justificativa para que a menção a esses termos fosse feita por Pacheco Silva apenas com uma observação quase imperceptível, que só aparece ao lado de três termos citados por ele (voc. Afr.) e totalmente esquecido por Ali, autor que já ele se inscrevia numa posição de defesa de uma língua brasileira já não mais submissa à européia (cf. Guimarães, 1999). Entretanto, reiteramos, brasileira para ele era a língua falada pela classe culta. O vulgar, como já mencionado, não deveria ser estudado com rigor científico. Esse, sim, parece ser o maior motivo que o faz não trabalhar com brasileirismos de nenhuma espécie, nem indígenas, nem africanos. Segundo Ortiz (1994:15), “o dilema dos intelectuais desta época é

compreender a defasagem entre a teoria e a realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional”.

3. Conclusão

Percebemos que há nas obras analisadas um silêncio em torno dos empréstimos de origem africana. Esse silêncio pode ser por conta de uma política do silêncio, pois a partir desse silenciamento e, a partir da não menção ou até do não uso dos africanismos, passa-se a idéia de que somos uma nação à européia. Podemos tomar para os africanos, suas línguas e culturas, as palavras de Orlandi (1997, 4ªed: p. 59) com relação ao índio e a identidade brasileira:

“Mesmo se eles (missionários, cientistas e políticos) têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a ‘argumentos’ da retórica colonial. Eles falam do Índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o Índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo.”

Poderíamos dizer, ainda, que Pacheco Silva e Said Ali não falam de seus tempos de locutores, já que eles são escritores do início do século e se formaram a partir de todo um pensamento racista. Falam, sim, de um acontecimento (fatos da língua) que temporaliza, marcado pelo interdiscurso e pelo memorável. Falam de um lugar em que há uma visão do elemento negro como fator de impedimento do processo de civilização e o elemento indígena, às vezes, é tolerado, já que as línguas deles precisariam ser estudadas e resgatadas para que o Brasil entre outras coisas pudesse se redimir do glotocídio. Falam de um lugar em que os brasileiros precisavam demonstrar ‘cultura’, ‘independência científica’ com relação ao país colonizador, mas nessa cultura não havia espaço para o que era considerado primitivo.

Notas

¹ A primeira versão desse trabalho é de 2000. Agradeço os comentários que me permitiram revê-lo.

² Entendendo africanismos aqui como palavras ou expressões surgidas do contato do português com línguas africanas.

³ Não perdemos de vista o fato de que o português europeu também passa por processos de mudanças. Mas estamos apenas chamando a atenção para o que é utilizado para explicar as diferenças drásticas entre as duas variedades do português.

⁴ Os primeiros empréstimos lexicais a se incorporarem no português no Brasil foram os advindos das línguas indígenas, como por exemplo o vocábulo *moqueados*, encontrado em 1549 (cf. Neiva, 1940).

⁵ Há uma distinção dentro dos estudos lingüísticos entre palavras lexicais e palavras gramaticais. Os empréstimos ocorrem majoritariamente no âmbito das palavras lexicais.

⁶ Já para Bloomfield (apud Carvalho, 1989: 37), há empréstimos do tipo íntimo, como os africanismos, que são resultantes da convivência de duas ou mais línguas no mesmo espaço territorial. Além deste, haveria também o cultural, que Carvalho diz ser o tipo mais comum, resultante de “contatos políticos, sociais, comerciais, e até militares”.

⁷ Essas pegadas seriam, segundo Calvet, traços que ficam da antiga luta entre as línguas, podendo ser reconstruídos da mesma maneira que os arqueólogos reconstróem a história mediante restos artesanais.

⁸ Sabemos que nem todo africanismo é um brasileirismo, entretanto preferimos não entrar nesses detalhes nesse texto, pois esse não é o nosso objetivo principal.

⁹ É interessante que, a despeito dos africanismos relacionados ao vocabulário da culinária e rituais afros existentes na cultura baiana, quase não há, no estado da Bahia, topônimos de origem africana. Há sim, ainda, alguns de origem indígena.

¹⁰ Para Renato Mendonça (1936:195), os brasileirismos de origem africana podem ser classificados em:

- a. termos correntes na língua diária, de uso generalizado, como *quitanda*, *quiabo* (...);
- b. termos de circulação mais restrita, conhecidos apenas em alguns estados do Brasil, como *catimbó* (...) (Pernambuco);
- c. termos esotéricos da mítica religiosa dos afro-brasileiros, como *Exu*, *ebó* (...);
- d. termos subsistentes apenas na língua literária, vestígios em geral de instituições desaparecidas, como *mucama*, *quilombo* (...);
- e. termos inteiramente arcaizados, como *ngombe* (...);
- f. nomes geográficos.

¹¹ Os adeptos da Semântica Histórica Enunciativa não trabalham simplesmente com o contexto. No entanto, a intenção ao colocar o momento histórico em que, provavelmente, surgiram os africanismos é a de situar o leitor para que o mesmo possa entender a questão simbólico-ideológica que poderia existir por trás da posição de autores de gramáticas ao citar ou não esse tipo de empréstimo.

¹² A esse respeito, há um texto de Alencastro (1997:35), uma referência a um deputado, que mesmo sendo de um período um pouco anterior ao que estamos estudando, nos serve de exemplo. Esse parlamentar era duramente criticado por fazer uso de termos de origem africana. “De tradicional família pernambucana, o bacharel e deputado Manuel Carneiro da Cunha exprimia-se num português carregado de africanismos e recebeu em 1843 o apodo de ‘deputado caçanje’.

¹³ Utilizamos a quinta edição do *História da Língua Portuguesa*, que teve sua primeira edição em 1957.

¹⁴ As línguas gerais começam a perder espaço já no século XVII. No entanto, no Maranhão e em São Paulo elas continuaram sendo utilizadas por um período maior.

¹⁵ Em outro trabalho, Silva Neto (1986:72) diz que já pelo fim do primeiro século de colonização algumas palavras de origem afrocamá, como *moleque*, *amendoim*, *quando* (*gandus*) já estavam naturalizadas.

¹⁶ Esse resgate pode ser visto em obras de alguns autores da nossa literatura, como Gonçalves Dias e Domingos José Gonçalves de Magalhães (cf. Schwarcz, 1993, Ortiz, 1994).

¹⁶ *Moleque* é definido como brasileirismo por Aurélio, significando: 1. Neginho. 2. Indivíduo sem palavra, ou sem gravidade. 3. Canalha, patife. Só então dá o significado “original da

palavra". 4. Menino de pouca idade. Entretanto, alguns autores dizem que *moleque* é um africanismo que já veio para o Brasil como tal, ou seja, não é um brasileiroismo.

¹⁸ Consultamos também a *Gramática Secundária* e não há nessa obra qualquer menção ao léxico de origem africana.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.
- CALVET, J. *Lingüística e colonialismo: pequeno tratado de glotofagia*. Tradución: Xoán Fuentes Castro. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1993.
- CARVALHO, N. de. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1989.
- CHAVES DE MELO, G. *O português do Brasil*. 2ª ed.. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1917.
- COUTINHO, I. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- GUIMARÃES, E. "Os estudos de significação no Brasil: uma história entre o natural e o histórico no século XIX". In: *Língua e Instrumentos Lingüísticos*. N.ºs 4/5. Campinas, Pontes, História das Idéias Lingüísticas. 1999/2000, p.7-18.
- _____. "Uma política da língua em Saïd Ali: o culto como norma e a recusa do purismo". Texto apresentado na Anpoll, Florianópolis, 1999.
- _____. "Sinopse dos estudos do português no Brasil". In: **Relatos**, 1994. 1.
- _____. "Sentido e acontecimento: um estudo do nome próprio de pessoa". In: **Gragoatá**, UFF, no prelo.
- MENDONÇA, R. *O português do Brasil: origens, evolução, tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- MUSSA, A. *O papel das línguas africanas para a formação do português do Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de mestrado inédita, 1989.
- NEIVA, A. *Estudos da língua nacional*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, Série Brasileira, 1940.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. 7ª ed., Brasília, UNB, 1988.

- SAID ALI, M. *Grammatica historica da língua portuguesa*. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1966.
-
- _____. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro, RJ: GGV, 1971.
-
- _____. *Investigações filológicas*. Com estudo de Evanildo Bechara, 1975.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA JR., P. *Grammatica histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1879.
-
- _____. *Noções de Semântica*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1903.
- SILVEIRA BUENO, F. *Grande dicionário etimológico, prosódico da Língua Portuguesa, vocábulos, expressões da língua geral e científica-sinônimos, contribuições do tupi-guarani*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1968.
- SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Presença/Instituto Nacional do Livro, 1979.
-
- _____. *Introdução ao estudo da história do português no Brasil*.